

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.473 - RJ (2019/0233609-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : F. G. PROMOCOES E ADMINISTRACAO DE EVENTOS EIRELI
ADVOGADO : MANOEL DE LA FUENTE MARTINS FILHO - RJ147851
AGRAVADO : RODRIGO BRASILINO VASCONCELOS
ADVOGADO : ANTONILSON PEREIRA RIBEIRO - RJ200886
AGRAVADO : CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADO : ALEXANDRE BOLELLI TATAGIBA PROVETI - RJ112687
AGRAVADO : CONDOMÍNIO GERAL NORTESHOPPING
ADVOGADOS : GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA - RJ061698
RODOLFO RIPPER FERNANDES - RJ121045
AGRAVADO : FRJ MOVEIS E DECORACOES LTDA
ADVOGADO : MANOEL DE LA FUENTE MARTINS FILHO - RJ147851

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e compensação por danos morais.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por F. G. PROMOCOES E ADMINISTRACAO DE EVENTOS EIRELI, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 13/02/2019.

Concluso ao gabinete em: 22/10/2019.

Ação: obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais, bem como compensação por danos morais, ajuizada pelo primeiro agravado, em face do agravante, no qual alega, em síntese, ter adquirido móveis da

agravante que, contudo, apesar de ter pactuado que a entrega se daria em quarenta dias úteis, nenhum dos produtos foram entregues.

Sentença: julgou procedentes os pedidos contidos na inicial para condenar o agravante ao pagamento, a título de indenização por danos materiais, dos valores de R\$7.188,00 (sete mil cento e oitenta e oito reais) e R\$350,00 (trzentos e cinquenta reais), correspondentes ao valor dos móveis e do serviço de permeabilização, bem como ao pagamento de compensação por danos morais, no valor de R\$8.000,00 (oito mil reais).

Acórdão: negou provimento à apelação do agravante, por entender que a compensação por danos morais fixada no valor de R\$8.000,00 (oito mil reais), se mostra hábil a reparar o dano sem caracterizar fonte de enriquecimento sem causa.

Embargos de Declaração: opostos pelo agravante, foram acolhidos, apenas para enfrentar a tese de ilegitimidade passiva, contudo, mantendo os termos da decisão embargada.

Recurso especial: alega violação dos arts. 267, VI, do CPC/73; 14, §3º, II, do CDC. Insurge-se contra a legitimidade passiva em compor a lide.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/73 ou aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 14, §3º, II, do CDC, indicado como violado, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

O Tribunal de origem firmou entendimento com base no acervo fático-probatório o sentido de que: "o réu é responsável pelo "Show Room" onde o autor efetuou a compra, o que muitas vezes dificulta ao consumidor a saber com

quem de fato realizou o negócio jurídico, o que é corroborado pela teoria da aparência" (e-STJ fls. 559), e alterar esse entendimento, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da condenação (e-STJ fls. 536) para 18%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora